**CONTRATO Nº 20200053**

CONTRATO DE **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,** CELEBRADO ENTRE O **MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ/PA**, ATRAVÉS DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, GESTORA DO **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, NESTE ATO REPRESENTADA PELA SRA. **ADÉLIA DO SOCORRO ALVES RODRIGUES**, E EMPRESA **MARQUISE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP**.

O Município de **VIGIA DE NAZARÉ**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, gestora dos recursos oriundo do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com CNPJ-MF nº 11.672.396/0001-30, com sede na Avenida Barão de Guajará, s/nº, Castanheira, Vigia/PA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu titular, Exma. Sra. **ADELIA DO SOCORRO ALVES RODRIGUES**, Secretaria Municipal de Saúde, brasileira, casada, residente e domiciliada em Vigia de Nazaré/PA, portadora do CPF nº. 560.701.362-68, e a empresa **MARQUISE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ (MF) n° 20.766.346/0001-02, estabelecida na Passagem Maria dos Anjos, n° 88, bairro Umarizal, Belém-PA, CEP 66055-360, TEL.: (91) 3222-4806, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sra. **MAURA BRINGEL ERSE**, portador do(a) CPF n° 136.073.162-87 e o RG n° 3242362 SSP/PA, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços, decorrente do **CONVITE Nº 01-2020-007-SEMSA**, tudo de conformidade com Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações posteriores e Lei Complementar no 123, de 14.12.2006 e atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014, como também, no que se refere à legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade e demais legislação correlata, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

**1.1.** Constitui objeto do presente contrato: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO: REVESTIMENTOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS ETC. DO POSTO DE SAÚDE DA VILA DE SANTA ROSA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ/PARÁ**. Conforme Especificações Técnicas do Projeto Básico e anexos deste **CONVITE**, que são partes integrantes e indivisíveis do presente Contrato.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **OBJETO E ENDEREÇO** | **PRAZO DE EXECUÇÃO** |
| **01** | **SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO: REVESTIMENTOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS ETC. DO POSTO DE SAÚDE DA VILA DE SANTA ROSA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ/PARÁ.** | **60 (SESSENTA) DIAS** |

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**2.1.** O valor global estimado do presente contrato importa em **R$ 76.920,45 (setenta e seis mil, novecentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos)**;

**2.2.** As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da seguinte classificação orçamentária, consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, conforme quadro abaixo: **Exercício 2020 Projeto 0518.103020002.1.035 Construção, Reforma, Ampliação de Unidades de Saúde, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações, Subelemento 4.4.90.51.99, no valor de R$ 76.920,45.**

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**3.1.** Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

**3.1.1.** Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

**3.1.2.** Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

**3.1.3.** Comunicar prontamente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade na execução do objeto deste instrumento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico do presente contrato;

**3.1.4.** A **CONTRATANTE** exime-se de qualquer responsabilidade por danos causados pela CONTRATADA na entrega dos serviços, objeto do presente contrato, respondendo esta última por quaisquer danos eventualmente causados;

**3.1.5.** A – **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIGIA DE NAZARÉ - SEMSA**, designará por meio de Portaria os servidores, aptos a proceder a fiscalização de entrega dos serviços, conforme o artigo 67 e parágrafos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**3.1.6.** No caso de mudança de fiscal e/ou suplente de fiscal, não será necessário a elaboração de termo aditivo, apenas a emissão/publicação de portaria do fiscal substituto.

**4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**4.1.** **GERAIS**:

**4.1.1.** São de exclusiva conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem:

**4.1.2.** Responsabilizar-se integralmente pelo serviço prestado nos termos da legislação vigente e exigências contidas no edital, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos as normas da **CONTRATANTE**;

**4.1.3.** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da **CONTRATANTE**;

**4.1.4.** Prestar o serviço no prazo estabelecido ou quando necessário ao serviço, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;

**4.1.5.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço, reservando a **CONTRATANTE** o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

**4.1.6.** Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93);

**4.1.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução do serviço objeto dessa licitação;

**4.1.8.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde de Vigia de **Nazaré, sobre os objetos ofertados;**

**4.1.9.** Apresentar relatório de entrega dos serviços, em papel timbrado da empresa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitado;

**4.1.10.** Cumprir as demais obrigações expressas no Anexo I do edital.

**4.2. OPERACIONAIS:**

**4.2.1.** Prestar o serviço atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado no Projeto Básico – Anexo I do Edital;

**4.2.2.** Atender, de imediato, às alterações solicitadas pelo órgão contratante que não atendam aos pedidos originalmente especificados;

**4.2.3.** Quando for o caso, comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**4.2.4.** Responder por quaisquer danos, pessoais ou materiais, causados à Administração ou a terceiros, por seus empregados ou representantes, na forma do artigo 70 da Lei 8.666/93, após regular procedimento de apuração;

**4.2.5.** Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do serviço prestado.

**4.2.6.** Na ocasião da assinatura do **CONTRATO**, a licitante vencedora deverá dispor de “**CERTIFICAÇÃO** **DIGITAL**”, da resolução nos termos n°11.536/2014-TCM.

**5 - CLÁUSULA QUINTA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1.** O contrato a ser firmado, terá a vigência de **06 (seis) meses**, contados da data de sua assinatura, a partir de **18 de Junho de 2020 até 31 de Dezembro de 2020**, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse da Administração e nos termos da Lei nº. 8.666/1993, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União;

**5.2.** A **CONTRATADA** deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação;

**5.3.** Como condição para celebração do Contrato, a **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

**5.4.** Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto na Lei 8.666/1993 e suas alterações.

**6 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

**6.1.** O pagamento será efetuado conforme entrega dos serviços, e mediante a apresentação da fatura (nota fiscal), devidamente atestada e visada pelo setor competente/fiscal do contrato, nas condições do Projeto Básico e do Contrato, anexos deste Edital.

**6.2.** O pagamento será creditado em favor do fornecedor vencedor do Convite, mediante crédito em conta corrente da empresa.

**6.3.** Será procedida consulta "**ON LINE**" da documentação referente a regularidade Fiscal e trabalhista, antes de cada pagamento a ser efetuado ao fornecedor para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas no empenho, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

**6.4.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**6.5.** Nenhum pagamento isentará a Contratada de suas responsabilidades e obrigações nem implicará em aprovação definitiva dos serviços entregues.

**6.6.** É obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da Lei 8666/93), que para a devida comprovação, a cada solicitação de pagamento, deverá juntar as Certidões de regularidade fiscal perante: Município, Estado e União; bem como a Certidão que comprove a regularidade quanto aos recolhimentos dos encargos sociais referente ao FGTS e INSS, vinculados à obra contratada.

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**7.1.** As sanções administrativas ensejadas pelo descumprimento das condições estabelecidas no Edital e demais instrumentos contratuais oriundos do presente certame;

**7.1.1.** São hipóteses, entre outras, de práticas irregulares e suas respectivas sanções:

|  |  |
| --- | --- |
| **Ocorrências** | **Sanções Administrativas que poderão ser aplicadas** |
| **I. Deixar de entregar documentação exigida no Edital.** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **- Suspensão Temporária**  **- Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **II. Fazer Declaração Falsa.** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **III. Apresentar documentação falsa.** | **- Advertência;**  **- Multa; 30% (trinta por cento) do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **IV. Comportar-se de modo inidôneo.** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **V. Cometer fraude fiscal** | **- Advertência;**  **- Multa; 30% (trinta por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **VI. Não mantiver a proposta ou desistir do lance.** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **VII. Não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **VIII. Entregar o objeto fora do prazo estabelecido ou atrasar a execução de obra ou serviço.** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **IX. Não efetuar a troca do objeto, quando notificado** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **X. Substituir o objeto fora do prazo estabelecido** | **- Advertência;**  **- Multa; 0,1% (zero vírgula um por cento) até 10% do valor do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **XI. Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em Lei e no Edital da Licitação, em que não se comine outra penalidade.** | **- Advertência;**  **- Multa; 20% (vinte por cento) do valor do contrato.**  **- Multa de mora; 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia referente ao valor do Contrato.**  **-Suspensão Temporária ou Impedimento de licitar/contratar com a Prefeitura até 02 (dois) anos;**  **- Descredenciamento do SICAF** |
| **XII. Inexecução parcial do Contrato.** |  |
| **XIII. Inexecução total do Contrato.** |  |

**7.2.** Nas ocorrências dos itens II, III, V, XII e XIII do acima, sem prejuízo de outras, será, ainda, cominada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**7.2.1.** Os fatos incursos nas ocorrências dos itens II, III e V serão obrigatoriamente comunicados ao Procuradoria Geral do Município de Vigia de Nazaré/Pará “Para providências cabíveis”, conforme subitem 18.3.1 da Minuta editalicia.

**7.2.2.** As sanções estabelecidas, neste Contrato, não excluem outras previstas em Lei, nem a responsabilidade da licitante/contratada por perdas e danos que der causa pela prática de irregularidades.

**7.2.3.** As sanções estabelecidas na, neste Contrato, não impedem a anulação/revogação da licitação ou a rescisão do contrato, a critério exclusivo da Administração.

**7.3. DA MULTA:**

**7.3.1.** Na hipótese da multa atingir o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor do contrato, o **ÓRGÃO** poderá proceder à rescisão unilateral do mesmo, hipótese em que a empresa executora dos serviços também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital.

**7.3.2.** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo **ÓRGÃO** ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**7.3.3.** A defesa do interessado no respectivo processo deve ser exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer à juntada de documentos e serem arroladas até 03 (três) testemunhas.

**7.3.4.** Serão considerados injustificados, os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e, a aceitação da justificativa ficará a critério do **ÓRGÃO** que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa.

**7.3.5.** Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo **ÓRGÃO**, conforme procedimento esboçado no subitem anterior.

**7.3.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, seus anexos, e nas demais cominações legais.

**8 - CLÁUSULA OITAVA -.DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**8.1.** Os contratos derivados do presente certame poderão sofrer acréscimos ou supressões na forma do § 1° do artigo 65 da Lei 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2°, inciso II do mesmo artigo;

**8.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o empenho se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento do contrato.

**9 - CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:**

**9.1.** O presente contrato poderá ser rescindido na hipótese prevista no artigo 77; 78; 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA - HIPOTESE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

**10.1.** O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no Art. 65 da lei 8.666/1993, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das decididas justificativas.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:**

**11.1.** O presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União em conformidade com o Art.61, da Lei nº. 8.666/1993.

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:**

**12.1.** As questões decorrentes deste instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Vigia de Nazaré e, se houver utilização de recursos federal, será competente para o julgamento do litígio o foro de uma das varas federais da Seção Judiciária do Pará.

E por estarem justos e contratados, firmam o ato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, para que sejam produzidos seus efeitos legais pretendidos.

VIGIA DE NAZARÉ - PA, em 18 de Junho de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ADELIA DO SOCORRO ALVES RODRIGUES

Secretária Municipal de Saúde – Ordenadora de Despesa

**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**MARQUISE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP**

MAURA BRINGEL ERSE

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS**:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_